



Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em transformação

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará e Doutorado em Geografia pela UECE. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em
transformação



Sobral - CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Trajetórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação

© 2024 copyright by Telma Bessa Sales, Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Juliana Magalhães Linhares
Cícero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andreia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T765 Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação. /
Organizado por Telma Bessa Sales, Antonio Jerfson Lins de Freitas. -
Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

274p.

ISBN: 978-65-5421-130-7 - papel
ISBN: 978-65-5421-131-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/54211314-2024

1. Pesquisa.
2. Ensino.
3. Trabalhos- Novas perspectivas.4. Sistemas de trabalho.
1. Sales, Telma Bessa. II. Freitas, Antonio Jerfson Lins de. III. Título.

CDD 331.117

A série Território Científico

Marco Machado

Jerfson Lins

Editora SertãoCult

Quando o Projeto Território Científico foi concebido há mais de quatro anos, as incertezas sobre o que a pandemia da Covid-19 nos traria eram muitas. O futuro era opaco para previsões otimistas diante do quadro de milhares de mortos diariamente, apenas no Brasil.

Mas se o contexto era absolutamente assustador, pelo menos pudemos ter confirmada a resiliência dos pesquisadores brasileiros, que apesar de imersos em um cenário de carência de recursos financeiros e técnicos, ou-saram produzir como nunca, adequando-se àquela realidade, aprendendo a utilizar as ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, paradoxalmente ficando ainda mais próximos do que antes da clausura imposta pelo vírus.

A tsunami de lives e eventos virtuais passou assim como chegou. O cansaço de assistir a intermináveis sessões diante das telas cobrou seu preço e a busca pelo contato físico suplantou o medo de sair às ruas. Parece que havia sido em outra vida que podíamos reunir centenas de pessoas em um auditório para discutir alguma pesquisa, ou simplesmente reunir meia dúzia de amigos ao redor de uma mesa para conversar sobre assuntos banais.

Parece que foi em outra vida também que, a partir da série Território Científico, a editora SertãoCult convidou os membros de seu conselho para organizarem entrevistas com renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Muito material foi gerado a partir de tal iniciativa, um riquíssimo acervo que já originou quatro livros e agora traz à luz mais um volume, *Trajétórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação*.

Em mais uma parceria, Telma Bessa e Jerfson Lins reuniram grandes pensadores, de diversas universidades, para falarem sobre o mundo do trabalho, sobre suas carreiras e pesquisas. Mais do que uma aula sobre a realidade vivida pelo trabalhador no século XXI, este livro nos permite enxergar o mundo com os olhos treinados de alguns dos mais respeitados pesquisadores da temática.

Foram, com este, cinco grandes livros produzidos e disponibilizados gratuitamente em formato e-book no escopo do projeto. Foram dezenas de entrevistadores e entrevistados e horas de conteúdo, fontes imprescindíveis para jovens pesquisadores interessados em um aprender com quem realmente sabe sobre o tema.

Brindemos a mais este sucesso! Outros estão a caminho.

Sobral-CE, abril de 2024.

Apresentação

Há três anos nadamos nas águas profundas e agitadas enfrentando a pandemia da Covid-19 (2020-2021) no Brasil e no mundo. Em terras brasileiras, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise política, econômica e social que expressou arroubos autoritários, posturas negacionistas e desrespeito aos direitos trabalhistas, direitos humanos, direitos de mulheres etc.

Nesses dias de tempestades de uma demora de três anos, a criatividade, a imaginação, a leveza e o uso das tecnologias informacionais e digitais adentraram em nossas casas e até hoje compõem a maneira de realizar trabalho (no universo acadêmico, por exemplo) e entretenimento.

Navegando nesse mar revolto, criamos plataformas com lives, debates, entrevistas e livros. Este, que você tem em mãos agora, é fruto dessa conjuntura, do desejo de manutenção de relações e vínculos com professores e alunos do país. É possível hoje conhecer as narrativas de intelectuais estudiosos(as) do Brasil, que se colocaram disponíveis para veicular suas trajetórias no período pandêmico do século XXI, especialmente com a temática da pesquisa sobre os mundos do trabalho.

Gratidão é a palavra que cabe para todos(as) que construíram este livro. Agradecer pelo diálogo, aprendizado, dedicação e paciência antes, durante e depois das entrevistas filmadas e que você pode verificar a partir dos links disponíveis em cada narrativa.

Boa leitura e debates a partir da categoria *trabalho*, que continua provocador e contribui na revitalização do pensamento histórico e das ciências sociais/humanas.

Os organizadores

Sumário

O trabalho continua central na sociedade..... 11

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI..... 15

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson..... 23

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata..... 43

Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume..... 71

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite.....97

Márcia de Paula Leite

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales..... 127

Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Joannes Paulus Silva Forte

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou.....141

Samuel Maupeou
Telma Bessa Sales
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos.....167

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: entrevista com Clarice Speranza..... 189

Clarice Gontarski Speranza
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p208-222

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi..... 209

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis.....225

Fabiane Popinigis
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello.....245

William James Mello
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Índice Remissivo.....267

Entrevistadores..... 273

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206



Clarice Gontarski Speranza é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ocupando a chefia do Departamento na gestão 2021-2023. Professora permanente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. Bolsista produtividade CNPq PQ 2. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (1990), com mestrado em História (2007) e doutorado em História (2012), ambos pelo PPG em História da UFRGS; e pós-doutorado em História (2015) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Trabalho, Resistência e Cultura. Coordenadora nacional do GT Mundos do Trabalho da ANPUH, gestão 2016-2018.

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: Entrevista com Clarice Speranza¹

Clarice Gontarski Speranza

Fannuel Santos Mesquita

Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): Professora, antes de mais nada, que nome tão lindo é esse, heim? (risos).

Clarice Speranza (UFRGS): Na verdade eu nasci com o Esperança mesmo. A gente alterou para Speranza já faz uns 20 anos, com aquela coisa da cidadania italiana, né? Enfim, é esse meu nome.

Telma: Quais foram as suas motivações para abraçar essa temática do mundo do trabalho? Como que foi o processo de aproximação com esse tema?

Clarice: Eu tenho uma trajetória um pouco diversa. Eu, na verdade, iniciei minha vida acadêmica um pouco mais tarde. Eu, na verdade, sou formada em Comunicação, sou jornalista. Me formei em 1990 aqui pela UFRGS e trabalhei de 90 até 2002, mais ou menos, em veículos de comunicação, trabalhei em jornal, trabalhei como repórter e como chefe de



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 12 de junho de 2020.
Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

reportagem. Tive uma carreira nessa área. O Flavio Heinz, um colega aqui da UNISINOS que hoje está na Rural do Rio de Janeiro, uma vez disse assim: “Você é uma historiadora trãnsfuga”, porque eu acabei indo para essa carreira acadêmica, para essa área de história, que não seria a primeira escolha naquele momento. Porque, afinal de contas, eu tinha uma carreira na Comunicação. Foi logo depois que meus filhos nasceram. Por umas questões pessoais e também com umas insatisfações com o próprio jornal, com a própria situação na imprensa. E aí acabei inicialmente de uma forma diletante, fazendo algumas disciplinas como aluna especial nos cursos de História, ali na UFRGS. Até que chegou um momento em que eu acabei fazendo todas as disciplinas possíveis, me envolvendo, vendo questões. E acabei fazendo uma disciplina de pesquisa, de preparação para pesquisas, e na verdade eu fiquei pensando “o que eu estou fazendo aqui?” O professor dessa disciplina era o Benito Schmidt, que se tornou depois meu orientador de mestrado e doutorado, e é a quem eu devo um grande incentivo para que eu ficasse nessa área. Nessa disciplina, na verdade preparatória, que é o TCC, eu apresentei um projeto que depois acabou sendo meu projeto de mestrado. Então, eu fiz diversas disciplinas no curso, mas eu não tenho graduação em História. Eu passei direto pro mestrado e, enfim, a partir daí não larguei mais.

E a minha pesquisa de mestrado já era na área da história do trabalho. Eu trabalhei em uma greve que ocorreu na empresa jornalística Caudas Junior em 83 e 84, pedindo um novo sindicalismo. E nessa primeira pesquisa eu já tive contato com diversas questões que foram se tornando importantes para mim, e o que me preocupa muito em termos de pesquisa. A questão, por exemplo, da justiça no trabalho, como que se dá essa relação entre os trabalhadores. E esse arcabouço legal. E esse momento específico era interessante. Era um momento do novo sindicalismo, enfim, toda essa questão da autonomia e a questão também dos ofícios, das culturas relacionadas aos diferentes ofícios e conforme a identidade dos trabalhadores. Então, por exemplo, eu trabalhei muito com uma das categorias que participou daquela greve naquele momento, que era a dos gráficos, e passava por um processo de mudanças em termos do seu fazer, pensando em termos de estar sendo atingida, naquele momento, por um processo de estruturação produtiva bastante grande. Inclusive, nesse momento tomei

contato com a sua pesquisa, Telma, sobre os trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo.

Então, a questão do processo de trabalho me interessou e me interessava também a questão do novo sindicalismo em específico, o porquê que entre diversas áreas da História eu fui me envolver com os trabalhadores? Talvez não tenha sido só influência do Benito, que naquele momento estava muito voltado para as questões do mundo do trabalho, mas acho que tinha a ver com a minha experiência pessoal e até familiar de contatos com trabalhadores, a minha experiência como trabalhadora posterior, como bancária, e depois como jornalista, era uma experiência que envolvia uma relação de sindicatos e tal. Aquilo acabou sendo algo natural, e isso acabou me mantendo, digamos assim, fiel a áreas do mundo do trabalho, que é um campo bem interessante no Brasil. Na área de História tem institucionalmente o GT mencionado que eu fui coordenadora e que, de certa forma, nasce no Rio Grande do Sul. E depois ele tem uma expansão muito grande, sobretudo a partir dos estudos feitos por aquele grupo da UNICAMP, do Fernando Teixeira, do Paulo Fontes, do Alexandre Fortes. E hoje é um GT espalhado por todo o Brasil e com uma expansão muito legal e muito interessante no Nordeste. Na Paraíba temos um grupo bem interessante, e no Amazonas, enfim, a gente tem uma penetração bem interessante e também um diálogo bem legal com outros GTs próximos, como o GT do Pós-Abolição, entre outros.

Ainda nesse momento do mestrado, eu iniciei minha carreira como professora. Eu não era mais uma jornalista que estava estudando, eu passo a ser uma professora. O meu mestrado eu finalizo em 2007. Em 2006 eu início como professora substituta na faculdade de Biblioteconomia e Comunicação na UFRGS. Ou seja, como professora na Comunicação. Eu retornei para a faculdade que eu me formei, como substituta, e aprendi a dar aula. E foi uma coisa interessante, eu aprendi a dar aula e também os meus filhos eram pequenos e estavam em uma escola muito participativa. Então, teve aquela construção do conhecimento que enfim, claro que não é a mesma coisa, no ensino superior e na educação infantil, mas passou a ser uma preocupação muito grande na minha vida. Então, essa questão da sala de aula se tornou bem relevante a partir desse momento.

Eu termino o mestrado em 2007 e em 2008 eu vou começar o doutorado. E ao contrário do mestrado, que eu trabalhei com o novo sindicalismo

no período dos anos 80, no doutorado eu mudo meu período temporal e mudo meu projeto, no sentido que eu deixei de lado essa preocupação com os trabalhadores de uma empresa jornalística e passei a pesquisar os trabalhadores de minas de carvão no Rio Grande do Sul nos 40 e 50. O doutorado, que eu considero na verdade a pesquisa mais bem acabada. Claro que a gente está tocando outras pesquisas e outras questões, mas o doutorado é uma marca na vida da gente. Eu começo o doutorado em 2008, finalizo em 2012 e a questão do doutorado é interessante porque eu desenvolvi a pesquisa do doutorado a partir das fontes. Então, a partir do mestrado, eu comecei a ter contato com o Memorial da Justiça do Rio Grande do Sul, que é ligado ao Tribunal Regional do Trabalho, e eles têm um acervo importante desses processos das minas de carvão. Inicialmente eles eram processos que envolviam os anos até 47, mais ou menos, de 41 até 47. 41 inicia a Justiça no Trabalho no Brasil. Em 45 começa a junta em São Gerônimo, que era um município que agregava as minas. Em 47, eles receberam a doação de uma série de atas de julgamentos de um dos juízes, o que vai fazer com que a gente constituísse os processos até 1954, até o momento que coincidiu com o suicídio de Getúlio. Mas que enfim, marcado pela saída desse juiz de lá. Depois disso esses processos sumiram, eles foram queimados e a gente só tem esses processos nesse momento. Então, foi uma pesquisa interessante.

A partir dos processos, eu ouvi uma série de questões. E era um número grande de processos, em torno de 6 mil só os processos dos mineiros de carvão. Mas eles realmente eram em menor número, pra fazer uma análise quantitativa do que a gente poderia pensar das relações de trabalho a partir desses processos. Então, isso me levou a utilizar além do arcabouço teórico utilizado por mim e por grande parte, para não dizer a maior parte dos historiadores no Brasil, pós 80, que é o [Edward Palmer] Thompson, principalmente essa ideia do Thompson da justiça como um campo de luta, como um local de enfrentamento, dos diversos fatores sociais. Eu pensei muito na questão do [André] Burguière em termos de campos jurídicos, pensando em examinar esses autores, esses chamados de mediadores do direito e a forma que eles enxergavam esses trabalhadores e como eles enxergavam as relações de trabalho no momento específico, que é o momento de institucionalização. O momento em que a Justiça do Trabalho está se afirmando como uma terceira arena. Enfim, além da fábrica, além desses

outros locais de trabalho. Fora também, de uma arena, uma arena que retira o caráter, digamos assim, que foi sendo reivindicado pelo patronato brasileiro, da relação patrão e empregado, como um domínio privado. Ele se torna um domínio público. E essa justiça, atuando de diversas formas e a dificuldade de a gente enxergar isso, pensando em termos de a favor, a justiça contra o empregado. E sim, a justiça atuando também no sentido de se reafirmar nesse campo, se tornando um campo confiável tanto para patrões quanto para empregados. Enfim, foi muito interessante.

E eu me esqueci de dizer que, na verdade, eu tinha feito um ano de Direito também. Eu fiz Direito antes da faculdade de Comunicação e eu fiz muito pouco do Direito. A minha experiência era muito pouca, mas me interessava tanto as discussões jurídicas como o próprio papel desses atores. Foi bem interessante retornar a isso e ter, conversar com uma série de autores que estavam começando a trabalhar com isso, dentro do movimento que havia naquele momento e ainda existe de tentativa de preservação desses processos na Justiça do Trabalho, que eram movimentos encabeçados por atores do judiciário, por magistrados, que visavam preservar o papel da Justiça do Trabalho na História. Mas que também contou com o apoio muito forte de diversos historiadores. O próprio Benito, o Fernando Teixeira, a Ângela de Castro Gomes, todos eles, no sentido de tentar criar uma visão dentro do ponto de vista judiciário do valor dessa documentação, que ela não fosse queimada, que ela não fosse colocada no lixo. Então, nesse sentido, por exemplo, eu participei daquela coletânea que é organizada pela Ângela e pelo Fernando, que se chama “*Justiça do Trabalho e a sua história*”², publicada pela UNICAMP, que traz aquele momento, eu acho que é de 2014, agora não me recordo, mas que traz uma série de autores que naquele momento estava trabalhando com isso.

Por outro lado, o desafio dessa pesquisa foi trabalhar com mineração de carvão, algo pouco estudado no Brasil. Hoje, a gente tem uma interpretação muito boa do Bruno Mandelli, que é meu orientador de doutorado ali na UFRGS, e que trabalhou sobre processos de acidente de trabalho naquela região, mas no Rio Grande do Sul, a gente tinha poucos trabalhos. E foi também uma coisa interessante, uma oportunidade de trabalhar com isso. A tese acabou sendo publicada pela ANPUH, pela Associação Nacional de

2 GOMES, Ângela de C.; SILVA, Fernando. T. da (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

História, sessão do Rio Grande do Sul, em 2014, dois anos depois que eu defendi, ela foi premiada e eu tenho muito orgulho, porque enfim, no fundo, no fundo, eu me sinto assim: “um pé dentro e um pé fora da História”. Eu tenho sempre que mostrar que eu sou historiadora. Eu me lembro, eu tive muito orgulho quando a professora Silvia Bertani, eu acho que foi na banca de doutorado que ela disse: “Tu és uma historiadora”. E eu achei o máximo. Enfim, o que eu posso falar em paralelo a essa questão é que já se passaram seis anos da publicação da tese.

Em paralelo à minha defesa, eu continuei minha trajetória como professora e inicialmente estive dentro da faculdade de Comunicação, dando aula na Faculdade Santa Cruz, no interior, na UNISINOS. Em 2012, entrei no pós-doutorado pela UFPel com supervisão do professor Aristeu Lopes, que tinha sido quase meu colega no doutorado. Ele era de uma turma um ano mais antiga que a minha, então era um companheiro, uma pessoa muito legal que me ajudou bastante. E na UFPel eu desenvolvi um trabalho muito interessante, que foi uma pesquisa de levantamentos de redes da trajetória dos trabalhadores gaúchos a partir das fichas de identificação da DRT³. Essas fichas de identificação da DRT eram formulários para obtenção da carteira de trabalho. Havia sido preservadas. Parte delas está preservada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH – UFPel). E aí, eu comecei a desenvolver uma reflexão a respeito de novo, já não mais da Justiça do Trabalho, mas da instituição legal anterior a isso, porque a lei das carteiras é de 32 e 33. Então, aí tem uma contradição interessante porque é um momento no qual o movimento operário, que havia apoiado o Getúlio Vargas, começa a se desiludir com Getúlio. Mas ele começa a reivindicar a carteira de trabalho. E a gente tinha outros trabalhos anteriores que olhavam para essa carteira e diziam assim: “Olha, mas essa carteira tira o lugar da luta para um lugar institucional”. Aí a gente vai olhar para os jornais operários, vai olhar para os movimentos operários e a gente vê uma reivindicação dos trabalhadores para que eles pudessem cobrar as férias. Que eram leis, se não me engano, em 1925, depois tem uma segunda lei de férias. São leis que estão em vigor desde a primeira República, mas que não são cumpridas. Então, é interessante que esses estudos, não só o meu, mas todos dessas áreas, vão colocar em xeque uma bibliografia anterior que vai dizer que todas essas questões anteriores eram questões

3 Delegacia Regional do Trabalho.

que limitavam a luta dos trabalhadores. E o que a gente vai ver é que ali tem os trabalhadores se aproveitando daquilo para tentar também alargar, esgaçar esses limites. É por isso que, no momento da tese, tudo que eu sei foi cavando a tese por conta dos mineiros. Claro que é um trocadilho da mina, mas tinha a ver de você tentar pegar e ir além.

Então, não é uma obediência essa institucionalização. Todo esse aparato legal tinha sim um objetivo dos trabalhadores, montado a partir do governo provisório do Vargas. Tinha sim essa intenção. Isso não significa que esses trabalhadores vão se submeter a eles de forma totalmente submissa. Porém, é claro que há um enquadramento. Esse jogo do ir e vir, do que é que é na verdade uma autonomia, os limites dessa autonomia que estavam brigando, dizendo que era superimportante nos anos 80, está lá. Os limites dessa autonomia, até que ponto ela existe e até que ponto não existe.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professora, qual conselho você dá para as pessoas que estão iniciando nesse campo do mundo do trabalho, principalmente utilizando as fontes judiciais?

Clarice: Eu acho que as fontes jurídicas são bem interessantes. Eu trabalhei com fontes da Justiça do Trabalho. Depois da UFPel, eu retornei para a UFRGS e acabei voltando para essa questão da mineração e estou finalizando agora um projeto que desenvolvi depois, que tinha as migrações étnico-raciais nessas comunidades mineiras. E aí, eu trabalhei com fontes judiciais que não eram da Justiça do Trabalho, mas eram fontes da Justiça Criminal. Qual é a dificuldade para mim, que eu vejo às vezes nos alunos? Eu tenho orientandos que trabalham com esse tipo de fonte. A fonte jurídica tem uma forma própria. Toda fonte tem sua forma própria. Até a fonte jornalística, que parece uma fonte muito transparente, você chega lá e acha que está dizendo isso, na verdade, elas escondem uma série de questões formais. Talvez na questão jurídica esteja mais claro esse formalismo porque o judiciário é muito formalista. Tem toda aquela coisa de audiência e não sei o que. Aí, aciona a pessoa, todas as audiências... Por exemplo, ela tem um formato semelhante, as sentenças têm formatos semelhantes. Só que elas estão sendo construídas dentro de uma lógica, que é a lógica do Direito.

Eu acho importante, não só em relação à fonte da justiça, compreender o objeto de onde essas fontes estão sendo construídas. Por isso, quando eu fui trabalhar os anos 40, eu pensei o seguinte: em 1940, está sendo ins-

talada a Justiça do Trabalho no Brasil. Então, muitos daqueles juizes, lá de São Gerônimo e em Pelotas também, estão querendo mostrar como esses trabalhos são úteis. Estão querendo mostrar para outros ramos da justiça, que questionavam a validade da justiça do trabalho. Aquela série de polêmicas, por exemplo, do Valdemar Ferreira e do Oliveira Viana, que diziam que a Justiça do Trabalho era algo menor. Então, há ali uma preocupação de alguns juristas em mostrar um formalismo, de mostrar que aquilo é algo embasado, de mostrar aquela equidade do Direito. Você tem que compreender isso, na minha visão. Compreender que é outro campo, mas depois que você se aproxima e compreende, você se distancia, eu acho. Você tem que chegar lá e dizer assim: “a minha pergunta de pesquisa é essa. Eu compreendo isso, essa é uma esfera na qual eu coloco a minha análise sobre ela”. Assim como os historiadores e é uma interlocução interessante.

Eu já participei de alguns eventos do pessoal da Associação Brasileira da História do Direito, e eles têm uma visão bastante diferente das visões dos historiadores. Mas é interessante essa interlocução. Acho que a dificuldade é essa, a compreensão, a crítica, entender a questão formal, principalmente. E o respeito também, a dificuldade que você tem de pegar um processo e querer julgar o juiz. É a tentação que você tem, a primeira coisa que você faz é pensar “ele agiu certo” e “ele agiu errado”, todo mundo tem isso. Eu

Atualmente eu estava trabalhando com esses processos criminais envolvendo as minas e muitos são de mulheres viúvas e que estão entrando na justiça para receber as indenizações dos maridos que morreram. Então, tem toda uma questão de como elas se colocam, como é que a justiça as vê. Qual o lugar da feminilidade ou do feminino, digamos e qual lugar do masculino. Tem toda uma questão de gênero misturado com a questão de classe, eu acho que é bem interessante. Eu acho que a fonte deve ser respeitada, mas desconstruída.

Tem uma outra fonte que eu tenho mais dificuldade, que é a fonte oral, que eu trabalhei mais no mestrado, mas que eu trabalhei um pouco no doutorado e agora também eu tenho já umas entrevistas. Eu tenho mais dificuldade com a fonte oral porque eu tive uma experiência anterior como jornalista, e eu tenho que me

Eu acho que a fonte deve ser respeitada, mas desconstruída.

policar muito para não fazer uma entrevista jornalística, entende? E a entrevista jornalística, eu acho muito diferente. Na conversa é muito fácil eu virar uma jornalista, mas eu não quero, porque eu acho que quando eu fizer, quando eu for jornalista, eu sou jornalista. Então, para mim, essa é a dificuldade na fonte oral. Agora, é uma fonte muito interessante, pois ela tem uma capacidade, uma possibilidade de análise posterior na fonte interessantíssima. Todas aquelas reflexões de [Alessandro] Portelli, de [Michael] Pollak, entre outros autores sobre as possibilidades da fonte oral, eu acho que é uma das fontes mais férteis que se tem. Eu apresentei um projeto que tá muito incipiente, mas é um projeto para trabalhar com fontes orais agora, nesse momento da pandemia, que se chama “*Memória do trabalho na pandemia*”, que é no sentido de ouvir os trabalhadores que estão atuando. Eu pensei a princípio nos trabalhadores de aplicativos ou trabalhadores domésticos que estão trabalhando e tentar perceber as questões relacionadas ao trabalho, ao tempo nesse momento. Então, vai ser um desafio pra mim. É interessante a gente se desafiar no sentido, eu não posso falar desafio porque é uma coisa meio neoliberal. Tudo que é de problema, a gente chama de desafio. Mas eu acho legal quando as coisas são difíceis. O fato de ser difícil para mim me dá mais vontade.

Viviane Bezerra (UVA): Como você avalia essa relação da formação jornalística? Ela contribui na formação do trabalho de historiadora, na pesquisa das fontes, na escrita da história?

Clarice: Em termos de escrita, realmente a gente tem, eu não digo uma maior facilidade, mas um maior treinamento. Ainda mais no meu caso, pois minha carreira jornalística foi na mídia impressa. Eu fui repórter, depois fui editora, trabalhei com a chefe de reportagem. Existe um treinamento e um cobrança muito forte em cima do texto, não só dos empregadores e dos colegas. Existe uma questão, que está muito bem colocada no texto do Robert Darnton, no livro “*O beijo de Lamourette*”,⁴ chamado “*Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica*”, que é referente à experiência dele no New York Times. Ele fala como os próprios jornalistas policiam os jornalistas. A questão do texto, é uma questão muito importante, uma questão muito de vaidade, assim: “o meu texto é melhor”. Enquanto o historiador pesquisa, não que ele não esteja preocupado com seu texto, mas

4 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

tem aquela apuração. Então, essa questão do texto, pelo treinamento, é diferente porque o texto jornalístico aparentemente é um texto fácil, mas ele é um texto todo formatado, é um texto muito engessado, é um texto muito no qual você tem obrigação, por exemplo, de colocar as coisas mais importante no início. Ele, na verdade, já é um texto pré-fabricado. Meus colegas jornalistas que não me ouçam dizer isso porque eles acham que são muito criativos! Mas, na verdade, o texto jornalístico em geral, claro, estou falando de texto de jornal - é claro que o texto de revista tem mais liberdade -, se preocupa com essa hierarquização das notícias. O texto do historiador, um texto acadêmico, você tem que estar construindo algo no decorrer. A impressão que tenho quando você está escrevendo um texto acadêmico é que ele vai mudando ao longo do que você está escrevendo, ao longo da pesquisa. Ele vai se alterando porque altera a forma de você pensar. Mas em geral, isso não acontece no jornalismo. Em geral, aquilo já está mais ou menos formatado. Claro que você tem uma liberdade de estilo, mas a ideia, a hierarquização está ali. Enquanto no texto acadêmico, no texto que você está construindo um conhecimento, é diferente. O jornalista te dá uma informação, mas ele não está construindo um conhecimento. Ele faz de conta que te mostra alguma coisa que é óbvia. O texto tem de parecer que está te mostrando uma coisa óbvia. Isso é em relação ao texto, tá? Tem algumas questões teóricas que eu acho mais complicadas de discutir.

Tem um texto meu na época do mestrado, e isso foi uma preocupação muito grande na época do mestrado, porque eu queria entender o meu lugar no mundo. Eu me perguntava: “que diabo eu estou fazendo aqui?” Se não fica aquela coisa de jornalista querendo fazer História. E eu queria fazer História, e eu queria ver como se fazia aquilo. Mas aí tinha uma questão relacionada à autoridade do discurso. O jornalista tende

Enquanto o historiador pesquisa, não que ele não esteja preocupado com seu texto, mas tem aquela apuração. Então, essa questão do texto, pelo treinamento, é diferente porque o texto jornalístico aparentemente é um texto fácil, mas ele é um texto todo formatado, é um texto muito engessado, é um texto muito no qual você tem obrigação, por exemplo, de colocar as coisas mais importante no início. Ele, na verdade, já é um texto pré-fabricado.

àquela coisa do discurso impessoal, àquela coisa de não ter um sujeito jornalista, de haver um sujeito imparcial que não aparece, um narrador imparcial, um narrador onipresente. É como se ele não tivesse autoridade naquele discurso, é como se a autoridade dele fosse muito maior do que a do historiador, porque o historiador está aparecendo, mesmo que você não se coloque na primeira pessoa, na pesquisa, é evidente que as questões ali são colocadas por você, que os erros são seus, é a sua visão que está lá e você está construindo um objeto. Enquanto um jornalista está lá mostrando a realidade, entende? Então, eu acho que para mim foi importante montar essa diferença, para não fazer essas duas coisas. Eu trabalhei um pouco como jornalista, mas eu trabalhei. Mas se eu tivesse que fazer um texto jornalístico, eu não faria um mesmo texto, entendeu? As coisas são um pouco diferentes. Nesse sentido do texto, evidentemente você tem um pouquinho mais de treino, mas tem essa dificuldade que é você saber se colocar, saber seu lugar no mundo, e essa é a questão.

Fannuel Santos (UVA): No doutorado você tem um recorte dos anos 40 aos 50, dos mineradores de São Gerônimo. E no mestrado, tem uma questão geral que você trabalha em relação às mudanças tecnológicas verificadas no setor gráfico e a mobilização grevista, essa situada em 83 e 84. Quando se compara os anos 40 ou 50, de 83 e 84 pros tempos de hoje é que houve um avanço da tecnologia. Do ponto de vista do trabalhador, isso surgiu como algo positivo ou negativo? A senhora conseguiu perceber como esses trabalhadores viram esse avanço tecnológico?

Clarice: Eu acho que isso é uma das grandes possibilidades da história oral. Acho que uma das coisas interessantes da história oral é isso, de ir contra as nossas expectativas iniciais. Então, a gente acha que os trabalhadores vão ter uma visão sobre determinada coisa, ou determinada situação e eles nos surpreendem. E cabe a nós o esforço e interpretação daquilo, o que não significa adotar a visão deles, mas também significa interpretar essa questão.

Em relação à questão dos gráficos e dos mineiros e as modificações que ocorreram, nos gráficos, especificamente, o que acontece depois dos anos 80 é uma mudança muito grande de um trabalhador que até então, pelo menos no Brasil, é um trabalhador especializado, um trabalhador considerado de elite. A gente pode pensar nos linotipistas, por exemplo, que

são os caras que eu trabalhei, e digamos assim, com essa elite operária, que é uma elite culta, muito culta, que fazia as correções dos textos e que vai ser uma elite muito envolvida com o movimento operário.

Eu acho interessante trabalhar com o ofício. A gente fala “os gráficos”, só que tem diversas funções específicas. Ele não acha que faz a mesma função não, ele não acha que faz a mesma coisa não. Ele se acha muito diferente, e a gente tem essa visão meio imperialista. No caso, essa é uma função que acabou, não existem linotipistas. Aqui em um jornal no Rio Grande do Sul, tinha um cara parece linotipista, que é uma coisa curiosa, um velhinho que gosta, mas não é. Esse tipo de função acabou, mas muito mais que isso, os gráficos em si se transformaram em operadores de Xerox. Então, você tem uma gráfica hoje, a maior parte do trabalho é feita por computadores. Os trabalhadores, todos aqueles saberes foram revistos e eles não têm mais essa força.

Em relação à mineração, pelo menos aqui no Rio Grande do Sul - em Santa Catarina não sei como está a situação -, a gente tem mineração ainda, mas é aquela mineração de superfície. A gente não tem aquela mineração do solo, que também era a parte insalubre da mineração. Os trabalhadores que ganhavam mais eram também os trabalhadores mais mobilizados, e hoje essa mineração é toda de superfície, então os trabalhadores são mais ou menos uniformes. Essa evolução da técnica não existe por uma questão natural ou voluntária, do progresso da humanidade. Ela existe também como decorrência das próprias relações de trabalho e da própria organização do trabalhador.

Eu estou enxergando como uma categoria, mas talvez os trabalhadores não se enxerguem como categoria, que são os trabalhadores de aplicativo. Ontem estava passando na rua, aquelas saídas que a gente dá agora, que a gente morre de medo de tudo, e eu estava passando por uma avenida e vi um cartaz escrito à mão, de uma forma muito rudimentar, escrito assim: “Paralisação Ifood, Uber”, com uma data e horário. E me chamou atenção aquilo. Que interessante, né? É como se você voltasse lá pro início do século XX. Onde você tem lá, um início de mobilização desses trabalhadores. Mas se você se sentar com eles, e muitas vezes a gente conversa com trabalhadores de Uber e tal, eles não se consideram trabalhadores, se consideram empreendedores. “Ah, não! Eu trabalho com outra coisa, isso aqui é um

bico”. “Eu me viro, eu faço meu horário”. Ou seja, você tem uma mudança, eu acredito firmemente. Eu não sou uma pessoa religiosa, mas eu acredito firmemente na luta de classes, não na luta de classes como dogma, mas eu acredito na realidade da luta de classes, eu acredito, e aí pensando bem Thompsoniamente. Os interesses desses grupos em alguns momentos vão de encontro aos interesses de outro grupo, tá? Mas isso não quer dizer que no discurso, ou mesmo inicialmente, essas pessoas não acreditam que estejam em outro lado.

O trabalho volta a ser um foco de atrito que acaba sendo um faz de conta que não existe, um fim do trabalho, esse tipo de coisa. No momento, eu acredito que se torne mais patente, e essas contradições tendem a se aglutinar. Agora é um desafio você conversar com um indivíduo, respeitando sua forma de enxergar e qual é a situação que você está se colocando. Por exemplo, uma categoria que é bastante importante e que tem toda uma contradição, hoje talvez menos, mas se nós pegássemos 10 a 15 anos atrás, é a das trabalhadoras domésticas, que têm uma relação às vezes muito próxima, às vezes muito distante, mas os conflitos estão ali, mas os interesses são contraditórios. Então, eu acho que isso é nosso foco, como historiadores do trabalho: é enxergar os indivíduos, ver esses indivíduos fazendo parte de um coletivo. Individualizar, pensar em termos de como essas pessoas comuns estão forçando as amarras dessa situação e criando alternativas dentro desses conflitos que estão acontecendo.

Telma: Você poderia comentar o papel do trabalhador docente neste momento em que estamos aprendendo a lidar com a tecnologia, os *Google Meet* da vida, que nós estamos tentando enfrentar para nos aproximarmos do aluno e ao mesmo tempo em que a gente busca não assumir o trabalho de ensino a distância.

Clarice: Em relação à questão do trabalhador docente. Tem uma discussão nesse momento dentro da Universidade sobre o que fazer, como fazer, enfim, que no caso das universidades públicas coloca em xeque todo um processo anterior que tinha como norte a inclusão, ou seja, usar a universidade como processo de inclusão para boa parte dos trabalhadores, da sociedade brasileira, aquelas pessoas que não tinham acesso à Universidade. Só que boa parte hoje não tem acesso à internet ou não tem acesso a uma boa internet. Então como fazer esse processo no meio de

uma situação que você não tem como realmente dar aulas presenciais? Porque você corre uma série de riscos, não só o professor, mas os alunos e os familiares dos alunos, principalmente. Ou seja, dar aula presencial hoje é uma ameaça a toda a sociedade, infelizmente.

Uma questão que se coloca também é sobre as dificuldades que a gente tem em relação a essas ferramentas. Eu, particularmente, dei umas disciplinas em EAD, mas muito poucas, quando eu trabalhava nas faculdades privadas. Mas a minha experiência é muito pequena e, mesmo assim, frente a outros professores, é muito grande, porque as pessoas realmente não têm muita desenvoltura. Por outro lado, se a gente olhar para os professores de ensino básico, e eu tenho colegas, alunos, pessoas que trabalham com ensino básico, a situação é mais complicada ainda porque aqueles alunos, aquelas famílias não estão, não têm acesso à internet. Eu tenho uma aluna, que trabalha com a rede básica daqui do interior do estado, que está fazendo trabalhos, exercícios impressos, deixando na escola e os familiares pegam. Mas é interessante isso porque é uma coisa difícil. Eu não quero parecer demasiadamente otimista. Eu não estou sendo otimista. Acho que nós estamos em situação muito difícil como país, como professores também. Agora, uma coisa que me chamou a atenção dessa minha aluna, ela disse assim: “A gente tá tendo mais valorização dos pais do que tinha antes”. Porque os pais estão vendo como dar aula dá trabalho. Ela disse assim: “Os pais chegam pra nós e dizem que nunca pensaram que dar aula desse tanto trabalho”. Eles precisam acompanhar os filhos, né? Talvez esse acompanhamento dos filhos faça com que eles valorizem o trabalho do professor, eles são obrigados a fazer isso, eles são obrigados a participar mais.

Outra questão, de novo, não querendo ser excessivamente otimista, é que, por exemplo, em algumas universidades privadas daqui houve uma mudança de contrato em relação aos professores. Então, os professores que estão dando aulas remotas tiveram uma mudança contratual e passaram a ganhar mais porque eles precisam de mais aula, e o fato de você, não na História, mas em outros cursos que dão aula de laboratório, eles davam aulas antes pra 20 ou 30 alunos, agora só dão aulas pra 5 alunos. Então, você precisa contratar mais professores. E bom, agora vão dizer os alunos não vão conseguir a mensalidade e tal. Então assim, a gente está com as coisas se desenhando e nós estamos nesse processo de transição, nesse

processo de transformação. Transição é complicado porque você passa de um processo já consolidado para uma coisa que está se consolidando. Mas eu acho que nós temos que estar muito atentos e eu estou querendo muito começar a trabalhar com isso. Ontem, anteontem eu tinha que imaginar as trabalhadoras domésticas, da construção civil e trabalhadores de aplicativos, agora penso também em trabalhadores docentes. É uma categoria muito interessante para trabalhar pela mudança que está acontecendo e pelo o fato de que nós, nas licenciaturas, estamos sendo também desafiados a ensinar nossos alunos a darem aula também à distância. Eles vão ter que aprender a dar aula à distância. Os que não estejam se formando agora, mas isso se tornou um horizonte.

Enfim, eu acho que por outro lado, para quebrar um pouco dessa questão, sim, tem uma precarização no trabalho em EAD. O EAD pressupõe em princípio um número muito maior de turmas. Então, a gente está no momento que as nossas mobilizações estão limitadas pela própria questão da pandemia, pelo desemprego, pelo excesso de mão de obra, que está cada vez maior. Então, eu não sei te dá uma resposta, Telma. Eu acho que é um momento muito complicado, mas muito fértil também, nesse sentido.

Viviane: Você já falou um pouco dos ofícios de gráficos e dos mineradores. Quem são esses trabalhadores? Qual o perfil desses trabalhadores e como as mulheres, os familiares em questão ajudam na luta por direitos trabalhistas, por melhoria do trabalho desses mineradores? Eu queria que você falasse um pouco sobre isso, fazendo uma diferenciação da pluralidade desses trabalhadores, do universo cultural deles.

Clarice: Esses trabalhadores mineiros no Rio Grande do Sul tinham uma característica específica. Primeiro eles são trabalhadores que vêm da região em torno, que são trabalhadores rurais da agricultura de subsistência. Agricultores brancos, pardos, negros e há muitos trabalhadores da Espanha, em especial do Uruguai, e de uma série de outros países, em especial da Europa. É uma imigração muito grande no pós-guerra também, mas principalmente no início do século. Há uma imigração de ingleses no final do século XIX e, no início do XX, uma imigração de espanhóis que trouxeram algumas técnicas e, com isso, se colocaram em uma posição mais respeitada, digamos assim, dentro da categoria em relação ao patronato em Minas Gerais, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina.

Santa Catarina tem uma grande diferença, inclusive na cronologia, pois eles tiveram um apogeu maior na produção de carvão no pós-guerra. E no Rio Grande do Sul, a partir dos anos 30, não havia trabalho feminino nas minas. Em Santa Catarina, as mulheres, as pessoas mais velhas e as crianças trabalhavam em uma função específica, que aqui a gente chama de peneireiro. Em Santa Catarina chamam de escorredeiro, que é você pegar as pedras de carvão que escorriam pra saber as que prestavam ou não.

No Rio Grande do Sul, não. É uma região com um trabalho anterior. A mineração se estabeleceu antes, são empresas maiores. A gente pode pressupor que são essas as razões. Mas de resto, mesmo com essa característica de haver o trabalho feminino nas minas de Santa Catarina, o papel da mulher nessas regiões de mineração é um papel muito subalterno, um papel de doméstica, um papel de dependência econômica. Por exemplo, se o homem morre, essas mulheres ficam sem uma forma de subsistência. É um papel no qual elas precisam de autorização pra tudo. Tem uma moralidade muito grande ali. Só que tem alguns momentos, que são os momentos das mobilizações, nos quais essas mulheres vão ter um papel muito importante, não só de apoio, mas elas vão encabeçar as manifestações. Isso não é uma característica específica nem do Brasil. Se você olhar a mineração, o trabalho de mineiros, não só de carvão, mas de cobre, tem essa constância. As mulheres, não lembro qual autor diz isso, mas acho que é a Michelle Perrot, ela diz assim: “Nas minas de carvão, a greve é um assunto de toda a tribo”. Todo mundo entra: filhos que não trabalham, mesmo os que não trabalham entram em greve, as mulheres entram em greve.

Telma: Eu queria que você comentasse, nessa linha de reflexão, como é que você pensa a perspectiva da importância do tema do trabalho nesse momento e a perspectiva do que virá.

Clarice: Bom, aí a gente fica um pouco na questão da futurologia, mas pensando que todo historiador é um pouco historiador do presente, no sentido que a gente tende a olhar mais as questões que são mais importantes no momento. Por exemplo, toda essa questão em relação a gênero e raça, a gente olhar isso hoje tem a ver com essa discussão estar em evidência. E muito dessa questão do trabalho vai receber influência de como o trabalho vai se tornar importante, ou qual a importância que o trabalho terá nessa sociedade que está se delineando.

A gente tem uma dificuldade de pensar como vai ser a sociedade pós-pandemia. Eu continuo achando que a questão do trabalho é central, eu não vejo geração de riquezas sem trabalho. Mesmo a sociedade pós-industrial vai precisar da sociedade industrial lá dos confins do mundo e que tenha trabalhador, até semiescravidão, talvez, para produzir, para fazer sua transformação. O mundo do trabalho cresceu. Esse campo da história do trabalho cresceu muito no Brasil nos anos 90 até hoje, digamos assim, no contexto que ele sofria muitas vezes um refluxo de outras partes do mundo. Eu me lembro de ir em alguns eventos fora do Brasil e perceber que os historiadores do trabalho não têm a mesma visão de quanto esse tema é importante, de quanto esse tema era valorizado. Claro que isso tem relação com as questões políticas pelas quais nós passamos, inclusive pelos governos Lula e Dilma, que tinham uma visão e a ascensão antes dele do próprio movimento sindical. O movimento sindical era um movimento ativo, mas que tinha um compromisso com o movimento operário, com a história do movimento operário, que é também uma história de si mesmos.

Nesse sentido, a gente tem que pensar isso politicamente. Eu acho que não dá para pensar a sociedade sem trabalho. Eu não consigo pensar uma sociedade sem trabalho. Vocês todos colocaram, e acho que eu também coloquei, o trabalho tem que ser pensado de forma mais ampla, o trabalho tem de ser problematizado. Nós não podemos voltar para uma visão ideológica, a gente não pode julgar o trabalhador achando que ele tem que ter a visão assim ou assado. Que ele tem que ter um posicionamento tanto político, como em relação à luta de clas-

Eu continuo achando que a questão do trabalho é central, eu não vejo geração de riquezas sem trabalho. Mesmo a sociedade pós-industrial vai precisar da sociedade industrial lá dos confins do mundo e que tenha trabalhador, até semiescravidão, talvez, para produzir, para fazer sua transformação.

Eu acho que não dá para pensar a sociedade sem trabalho. Eu não consigo pensar uma sociedade sem trabalho. Vocês todos colocaram, e acho que eu também coloquei, o trabalho tem que ser pensado de forma mais ampla, o trabalho tem de ser problematizado.

ses. Eu acho que temos de compreender o trabalho, pensar nas culturas de classe e pensar principalmente na questão do conflito de interesses que perpassa a questão do trabalho. Não só do conflito, mas pensar no trabalho como espaço de aprendizado e um espaço de solidariedade com os meus colegas. Nesse sentido, a gente pensar nos trabalhadores como seres sociais, seres que são solidários, que se identificam, a gente se identifica uns com os outros, né? Acho que isso é muito interessante. Quando eu olho praquele cartazinho do Uber marcando uma paralisação no dia tal, escrito à mão, na rua, eu vejo um cara que está olhando para outros trabalhadores, vendo-os como iguais. Não teria uma bola de cristal para saber, mas eu enxergo essas contradições se agudizando. Eu acho que, na verdade, você tem uma revalorização nessa questão do trabalho sim, nos últimos anos porque as principais contradições vão estar ali.

Entrevistadores

Cosma Silva de Araújo - Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Ceará - UAB. Servidora pública.

Fannuel Santos Mesquita - Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Joannes Paulus Silva Forte - Graduado em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004), em Ciências Sociais na modalidade Bacharelado pela UFC (2004), mestre em Sociologia pela UFC (2008) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2019) com cotutela no Département Droit, Intervention Sociale, Santé, Travail (DISST) do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM-Paris-França). É Professor Adjunto J da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É docente do quadro permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), na associada UEVA.

Viviane Prado Bezerra - Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.
Maio de 2024.

Série
Território
Científico

Editora
**SERTÃO:
CULT**
10 anos

Uberização, gênero, trabalhadores tradicionais, trabalhadores da terra, o sindicalismo, desigualdades, diálogo, pesquisa, capitalismo, empatia. Cada uma destas palavras-chave é fundamental para aqueles que têm interesse pelos estudos acerca do mundo do trabalho. Mais ainda: são temas fundamentais para cada um de nós, trabalhadores, inseridos em uma sociedade em constante transformação, nem sempre (ou quase nunca) para melhor.

Pensando nisso, a série Território Científico uniu neste seu 5º volume entrevistas com 11 pesquisadores que se dedicam há anos ao mundo do trabalho e aos trabalhadores. Para melhor conhecermos nossa sociedade, nada melhor do que conhecermos aquilo que a move: o trabalho. Por isso convidamos vocês, caros leitores, a refletirem conosco sobre nossa realidade, que é primeiro passo para que possamos tornar essa transformação mais justa.

ISBN 978-655421130-7



9 786554 211307

Editora **SERTÃO:
CULT**